

RESENHA

COLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA LÍNGUAS, POLÍTICA E RELIGIÃO NO BRASIL (SÉCULOS XVI A XVIII) E NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (SÉCULO XVIII)

MARIANI, Bethania

Campinas, SP: Pontes Editores, 188 pp., 2004.

A aproximação entre a história de um país e a constituição histórica de sua língua, se já não constitui uma perspectiva de investigação inusitada para os estudos lingüísticos de orientação discursiva, tem se mostrado um campo fértil em que muito ainda cabe fazer como contribuição para um melhor entendimento sobre a emergência de uma nação e a constituição da identidade nacional de um povo no entrecruzamento com a questão da língua e o implemento de políticas lingüísticas. O livro de Bethania Mariani realiza esse projeto por meio do estudo da constituição histórica da língua nacional no Brasil colonial, com a conseqüente formação de um imaginário nacional brasileiro sobre a unidade lingüística em nosso território e a relação contraditória (entre igualdade e diferença) com a língua de Portugal. Não menos interessante é a análise, no capítulo final do livro, de outra língua de colonização – o inglês nos Estados Unidos da América – em um viés comparativo com a situação de colonização lingüística do Brasil.

A exposição dessas questões é pautada por rigor analítico, segurança de conhecimento no uso do instrumental teórico-metodológico da análise do discurso de inspiração francesa e por comentários argutos e originais acerca da história da institucionalização da língua portuguesa no Brasil, num constante esforço teórico e crítico, conforme a própria autora, de desnaturalização da “evidência” da língua portuguesa em nossa história de Brasil. O livro discute, com profundidade, o processo histórico-lingüístico de construção dessa evidência.

A análise se funda no conceito de colonização lingüística, proposto pela autora e definido, a partir dos estudos sobre colonialismo e lingüística de Louis-Jean Calvet, como um processo histórico de confronto entre

línguas distintas, em condições de poder tais que a língua colonizadora se impõe sobre à(s) língua(s) colonizada(s), e tem o objetivo de investigar esse processo de imposição e conseqüente institucionalização da língua portuguesa exercido por Portugal em nosso território durante o período colonial. Nesse processo, argumenta a autora, a política lingüística da metrópole abafou a diversidade lingüística – resultante não só do contato com as línguas indígenas, mas também da própria diferença nas discursividades, memórias e histórias com que a língua portuguesa se singularizou no Brasil e que resultou no surgimento de uma língua e um sujeito nacionais (num “desencontro da língua com ela mesma”) – e foi de grande influência na construção de um imaginário coletivo brasileiro sobre a “evidência” da língua portuguesa entre nós como única língua nacional e como a mesma língua de Portugal.

No decorrer do estudo, a autora descreve a primeira política lingüística (implícita) no contato dos colonizadores portugueses com os índios e seus falares ininteligíveis em terras brasileiras e o processo de gramatização do tupi (referido como língua geral, na maior parte do território colonial brasileiro) pelos jesuítas como meio de aproximação dos índios e de seu universo de modo a tornar possível a sua catequização. Fica lançada a pergunta “como foi possível a construção de uma ideologia de uniformidade e homogeneidade lingüísticas no Brasil ao final do século XVIII que excluía a língua geral”, a ser respondida na análise subsequente sobre as formas de organização que a política lingüística tomou no Brasil dos séculos XVI a XVIII. O texto focaliza os discursos da colonização no Brasil nesses três séculos naquilo que se refere à questão do uso das diferentes línguas na colônia a fim de problematizar os valores atribuídos a cada língua e o direito à voz (ou os silenciamentos impostos) e explicitar o confronto depreendido dos textos analisados entre a língua portuguesa, as demais línguas indígenas e a língua geral. A análise mostra a constituição gradativa de um discurso acerca da carência ou deficiências das línguas dos índios, frente à proclamada riqueza das línguas européias presente no imaginário europeu, ao mesmo tempo em que aponta para a concretização de um discurso que revela os espaços de comunicação das línguas indígenas e das línguas portuguesa e latina na colônia.

Com base em relatos dos historiadores e administradores portugueses, de colonos e de viajantes e historiadores europeus não-portugueses, Mariani realiza uma análise arguta sobre o funcionamento desse discurso e o surgimento de uma ideologia lingüística, mostrando, entre outras coisas: 1) a subordinação do ato de nomear ao ato de colonizar, na maneira como o primeiro produz, por meio de um gesto de interpretação europeu, uma normalização e domesticação do desconhecido (processo que, embora a autora não mencione, é típico e recorrente

em situações de colonização em geral); 2) a forma como, no discurso dos portugueses, se processa a determinação do sujeito nomeador português versus a indeterminação do sujeito índio, o que produz, como resultado discursivo, o apagamento das posições de sujeito índio e “brasileiro”; e 3) o *simultâneo reconhecimento da cultura indígena e apagamento da diversidade dessas culturas*, nos relatos dos estrangeiros não-portugueses. Ressalta ainda a autora que no século XVII começa a se evidenciar a relação entre língua e poder no cotidiano da colônia, em que o saber ou não a língua portuguesa por parte dos índios passa a ser discursivizado como uma questão de “poder valer-se (ou não) da política de sentidos do colonizador”, para concluir que foi sempre complexa e contraditória a relação entre uma desejada unidade lingüística imaginária (a língua da metrópole) e uma diversidade concreta. Esse confronto marca, naquele momento, a posição em processo de constituição do ser “brasileiro”.

No restante da análise do processo de colonização lingüística no Brasil colonial, a autora defende a centralidade da relação entre língua, política e religião para a compreensão das práticas discursivas que foram, no decorrer de três séculos, delineando sentidos para a constituição de uma identidade brasileira e construção de um imaginário coletivo sobre a homogeneidade da língua nacional no Brasil e o valor simbólico da (camuflada) heterogeneidade lingüística no território brasileiro. O livro aborda diversos acontecimentos históricos, culminando com a análise da política lingüística contida no *Diretório dos Índios*, idealizado pelo Marquês de Pombal, de imposição da língua portuguesa como única língua para a colônia brasileira, a língua do poder real.

O relato e a análise passam por vários períodos e acontecimentos, dentre os quais, a situação crescente de tensão entre a coroa portuguesa e a catequese, no que diz respeito à língua a ser utilizada para esse fim (em que não faltaram, entretanto, medidas dúbias e ambíguas por parte do governo português, ora recomendando ou aceitando a língua geral, ora coibindo-a); as práticas discursivas de duas academias literárias fundadas no século XVIII que, ao ignorarem os sentidos da brasilidade e heterogeneidade lingüística, reforçaram a construção imaginária de um Brasil sem história própria, cuja história é a extensão da história de Portugal; o conflito entre o poder real português e a Companhia de Jesus, que envolveu questões de ordem político-jurídica e econômica atreladas à não menos relevante questão lingüística e culminou com a expulsão dos jesuítas, no século XVIII; e a situação de expansão da língua geral nas regiões de São Paulo e da Amazônia, que presenciaram a batalha entre o poder religioso e o temporal e acabaram por testemunhar a proibição da língua geral imposta pelo *Diretório*.

Em todo esse percurso do livro, a discussão ressalta o entrelaçamento indissociável entre a questão das línguas na colônia brasileira e a disputa pelo poder político e econômico, tematizando o confronto entre a ordem discursiva instaurada pela política, incluindo-se aí a política lingüística, desencadeada pelos jesuítas, de expansão da língua geral, e o projeto contrário do poder real português, que resultou na proibição da língua geral. A originalidade do estudo está em trazer à luz os efeitos discursivos desses embates, que, como sabem os analistas de discurso, não se esgotam nem são suspensos por atos e medidas políticas concretas, mas continuam produzindo efeitos de sentido, pela força da memória discursiva. No caso brasileiro, o gesto de imposição oficial da língua portuguesa como língua exclusiva da colônia é entendido como um gesto que ainda produz efeitos na concepção de língua nacional no Brasil, enquanto, segundo a autora, a memória da proibição da língua geral também continua “resistindo e produzindo efeitos no dizível”.

Outro aspecto importante abordado no livro é a análise dos deslizamentos nos sentidos de língua produzidos em três séculos de colonização no Brasil. Mariani mostra que a relação intrínseca entre língua, fé, conhecimento e catequese vigente até a reforma pombalina desliza, pela filiação do *Diretório dos Índios* a um imaginário de vontade de universalidade, para um sentido que relaciona língua, nação conquistadora e nação conquistada. Dito de outra forma, o sentido de língua desliza de instrumento catequético para idioma de um povo conquistador, em que a língua passa a ser vista como “um laço de união dos diferentes sujeitos numa nação organizada juridicamente”. Bem lembra a autora que essa direção de sentidos é consoante com a passagem histórica da ordem religiosa para a ordem jurídica nas nações européias, assim como, pode-se acrescentar retomando uma afirmação em trecho anterior do livro, pela passagem da concepção de língua como representação para a percepção da dimensão social das línguas como veículo de comunicação e fonte de estreitamento dos laços dos indivíduos com a nação.

A análise do processo de colonização lingüística na colônia norte-americana revela que o tratamento da questão da língua foi muito diverso do processo realizado na colônia brasileira em função das diferenças nas formas de colonização e, conseqüentemente, nas condições de produção dos discursos sobre a questão lingüística. Houve igualmente uma diferença muito grande no próprio modo como a língua foi significada, segundo a autora: no contexto norte-americano, enfatizou-se o plurilingüismo e o multiculturalismo, pelo fato de o povo se conceber ideologicamente como uma nação de imigrantes; e, por outro lado, a questão da catequese dos índios foi pouco significativa, em comparação com a colonização espanhola e portuguesa do resto da América. Também o sentido

de língua difere em uma e noutra situação: um sentido normativo de língua, do lado português, contra um sentido prático, de uso da língua para fins de comunicação, sobretudo comercial, do lado norte-americano. Pode-se dizer, portanto, que numa matriz colonizadora comum, inscreve-se a singularidade de cada projeto colonial e de seus efeitos discursivos.

Fechando o livro, Mariani retoma o tema do conflito em torno de um imaginário de língua no Brasil para mostrar como ainda perdura uma relação conflituosa entre diferentes formações discursivas, com consequências para a concepção de uma língua nacional em nosso país: uma posição que marca o lugar do Brasil como diverso do lugar de Portugal, com reflexos na língua; outra, que propõe uma homogeneidade e uma unidade de língua entre Brasil e Portugal. Permanece, então, na expressão “língua portuguesa”, um efeito de evidência, de transparência de sentidos, dado pela inscrição dessa expressão à memória da língua de Portugal, ao mesmo tempo em que perduram os efeitos do processo específico de historicização do português brasileiro (incluindo-se aí as misturas com as línguas geral e africanas) que esse movimento de homogeneização não conseguiu abolir.

O livro de Bethania Mariani constitui uma contribuição fundamental para a compreensão não apenas das relações entre língua, colonização e constituição de identidades nacionais, mas também, no caso específico da nossa história de Brasil no tocante à questão das línguas, dos efeitos discursivos dos gestos de interpretação dos colonizadores portugueses sobre nós e sobre o dizível e o não-dizível da nossa concepção de língua nacional (até) hoje.

Marisa Grigoletto

FFLCH- Universidade de São Paulo